

## Por que a pressa, Reitor?

No dia 3 de maio p.p., ocorreu uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, convocada com exatas 24 horas de antecedência, no limite, portanto, das disposições regimentais, para deliberar sobre assuntos exclusivamente de ordem orçamentária: revisão orçamentária referente ao primeiro trimestre, o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e criação de programa de cestas básicas para trabalhadores da Unicamp.

Iniciada às 16 horas, para cumprir o prazo regimental entre a convocação e a sua realização, a reunião teve que ser suspensa por falta de quorum devido à retirada de parte substancial dos conselheiros. Iniciada a discussão do 1º ponto, a revisão orçamentária, alguns conselheiros pediram, formalmente, sua retirada de pauta. Ao ser colocada em votação a retirada, um impasse: 27 votos a favor e 27 votos contra. O Reitor, usando do poder que lhe é conferido pelo voto de Minerva, decidiu pela permanência do assunto na pauta e imediatamente iniciou a votação, sendo aprovada a revisão orçamentária. Quando pretendeu iniciar a votação sobre o PEI, inúmeros conselheiros retiraram-se, impedindo que o Consu deliberasse. Entre os conselheiros que inviabilizaram a continuidade da reunião, incluem-se diretores de unidades, todos os representantes discentes, a maioria dos representantes docentes e parte dos representantes de funcionários.

A Adunicamp recebeu dois textos sobre o ocorrido, assinados por conselheiros; ambos são publicados neste boletim.

Não pretendemos entrar na polêmica entre os conselheiros, sobre qual texto é mais fiel aos fatos. Entretanto, também a Diretoria da Adunicamp estava presente na reunião, como convidada, e pôde assim presenciar o ocorrido.

Duas questões polêmicas se destacaram: a convocação da Comissão de Orçamento e Patrimônio - COP antiga, em detrimento da nova estrutura daquela comissão já aprovada pelo CONSU, e o PEI.

A necessidade de reformulação da COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio) tem sido sistematicamente levantada pela Adunicamp. No decorrer da greve do ano passado, o assunto foi debatido em várias assembleias, tendo-se chegado a definir os eixos que deveriam nortear essa reformulação: além da ampliação do número de membros, é fundamental que a COP seja efetivamente autônoma em relação à Reitoria. Esta autonomia significa a garantia de acesso a quaisquer dados que os membros da comissão considerem relevantes e existência de assessoria própria, de modo que não se fique na dependência de assessores escolhidos pela Administração e de dados que sejam disponibilizados ao sabor das vontades reinantes. Esta discussão, que se disseminou entre os docentes durante nosso movimento, foi encampada por alguns representantes no Consu, que batalharam por ela; porém, conseguiram a adesão

necessária para a aprovação apenas da ampliação do número de membros. Assim, temos claro que a COP atual ainda está longe da que defendemos e é necessário continuarmos a lutar por nossa proposta; entretanto, não se pode negar que esta ampliação representa um avanço em relação à composição anterior da Comissão e foi conquistada por nosso movimento, em articulação com os membros do Consu.

Questionado a respeito, o Reitor respondeu que não poderia convocar a nova COP porque a ata da reunião anterior ainda não ficara pronta e, portanto, não havia sido possível publicar a deliberação no Diário Oficial e, portanto, não podia convocar uma comissão ainda não oficializada. Consideramos precária essa argumentação – todos sabemos que as deliberações são publicadas poucos dias após as reuniões, quando ainda não existem atas.

Nenhuma proposta orçamentária, nenhuma revisão, por mais inovadora que pretenda ser, pode justificar a atitude do Reitor!

Cabe, então, perguntar: por que a pressa?? Esta pergunta é ainda mais relevante quando se considera que já estava agendada uma reunião ordinária para o próximo dia 29 de maio.

A estabilidade (ainda que artificial, bem sabemos) da moeda, e conseqüente fim da ciranda financeira, obrigou uma transformação nos modos de se lidar com os recursos da Universidade, levando à elaboração de orçamentos detalhados, em todas as rubricas, com reordenações de categorias de despesas.

As discussões sobre orçamento, seja no Consu, seja nas assembleias da Adunicamp, foram se aprofundando, se adensando, com evidentes saltos de qualidade. Os recursos não mais amplificados quase infinitamente pela inflação obrigavam a clara definição de prioridades, com embates políticos nas diversas instâncias.

Não se pode omitir, nem ignorar, que nesta Administração, as revisões orçamentárias tornaram-se periódicas. Porém, também é importante recuperar nos arquivos da memória, já que a história oficial provavelmente não registra, que esta foi uma decisão do Consu, em dezembro de 1998, quando da discussão do orçamento para o ano de 1999. A crise econômica, a escassez de recursos em 1998, com todas as medidas restritivas adotadas (vide o texto “Não às duplas gratificações e à falta de transparência”, no boletim de número 8) criavam um cenário em que era praticamente impossível fechar o orçamento para o ano seguinte, a não ser que se apostasse nas previsões de recuperação da economia. Frente à proposta da Reitoria de *confiscar* uma porcentagem significativa dos recursos extra-orçamentários de todas as unidades, o Consu aprovou a proposta, articulada entre os conselheiros, de uma COP ampliada, que avaliasse a evolução do orçamento e procedesse ao estudo detalhado e transparente dos recursos extra-orçamentários, com o

objetivo de subsidiar as discussões do Consu, que deveriam acontecer em reuniões periódicas.

As revisões periódicas foram implantadas pela atual Reitoria, porém a COP rapidamente foi *desampliada* e continuamos reivindicando o acesso às informações sobre os recursos extra-orçamentários.

Assim, também as revisões são conquistas da comunidade, ainda distantes do que almejamos, porém conquistas nossas! Distantes do que almejamos porque continuamos conhecendo apenas os dados que a Administração decide fornecer.

É o Planejamento Estratégico Institucional, justificaria a urgência de uma convocação extraordinária e tão apressada do Consu?

Inicialmente, consideramos que esse processo não pode ser enquadrado no que é conceitualmente definido como Planejamento Estratégico, um campo teórico bastante estudado na própria Unicamp, com conceitos bem definidos, que embasam e sustentam teoricamente o campo.

Um Planejamento Estratégico é desencadeado nas instâncias políticas hierarquicamente superiores, que definem metas, objetivos e prioridades. Esperar-se-ia que o Consu, a instância política mais elevada da Universidade, definisse as prioridades e metas e desencadeasse as discussões, estando em constante contato com o desenrolar do processo. Ora, não foi isto o que ocorreu.

O fato de os representantes, docentes, discentes e de funcionários, terem sido alijados do processo, dele tomando conhecimento, ou participando, apenas por intermédio da direção da unidade a que se vinculam, ou por poderem ler os documentos no site correspondente apenas reforça que esse processo pode ter as justificativas, intenções, metas que se queira, assim como o nome de batismo que os pais queiram lhe dar, mas não pode ser considerado ou qualificado como Planejamento Estratégico. Ao nosso ver, o PEI pode ser definido como um Plano Emergencial Institucional destinado a atender demandas reprimidas pela ausência de recursos e agora possibilitadas pelo constante crescimento da arrecadação de ICMS.

Não se trata, agora, de identificar vencedores e derrotados; o que importa é que o processo não foi amplamente difundido e, conseqüentemente, não foi considerado pela comunidade como um projeto seu, que devesse ser defendido; isto é, não foi um projeto

estrategicamente planejado.

Voltamos assim à nossa pergunta: por que a pressa? Por que comprometer mais recursos, inclusive do próximo ano, quando se iniciará uma nova gestão? Por que a mesma Reitoria propõe um reajuste salarial de apenas 6%, mesmo concordando com as previsões de ICMS feitas pelo Fórum da Seis? Por que a mesma Reitoria suscita os efeitos das crises energética e argentina e não teme comprometer recursos com seu planejamento estratégico?

É lógico que todos sabemos que a armadilha criada pela Reitoria, ao embutir no orçamento aprovado em dezembro de 1999, uma previsão de reajuste salarial para 2000 não funcionou. Mas também todos temos ainda bem claro na memória como nos foi custoso e sofrido arrancar o reajuste que desde o início sabíamos ser possível. Foram 53 dias de greve, provocada pela inflexibilidade e recusa ao diálogo por parte da Administração. Lógico que o Consu e os diretores de unidades desempenharam um importante papel, exigindo negociações, pois era óbvia a existência de recursos.

Durante nosso movimento, também houve a tentativa da Reitoria de aprovar, pelo Consu, uma revisão orçamentária, após o atropelamento da COP (com convocação em menos de 24 horas), uma revisão que pretendia provar que o comprometimento orçamentário com a folha impedia o atendimento de nossas reivindicações, sempre taxadas como irresponsáveis. As bancadas de representantes decidiram bloquear a aprovação dessa revisão, de diferentes modos, conforme diferentes modos de atuação dos diferentes segmentos.

As táticas diferiam, desde obstrução de pauta até piquetes, mas era unânime a avaliação de que não se poderia permitir a aprovação da proposta da Reitoria, sob pena de dificultar ainda mais o sucesso do movimento.

Pois bem, estamos novamente na data-base, em plena campanha salarial, tentando recuperar perdas e conquistar uma política salarial, que nos possibilite recuperar patamares históricos, quando o investimento fundamental para esta Universidade era nas pessoas que a constroem. O Prof. Zeferino afirmava, reiteradamente, que uma universidade se faz, em primeiro lugar, com pessoas, depois com pessoas, e depois com pessoas.

Quais são as prioridades para o Prof. Hermano?? Estamos novamente em plena campanha salarial. Não será este o motivo de tanta pressa??

## Manifestações da representação docente no CONSU

### Documento 1

#### **Prezados Colegas:**

No dia 03/5 teve lugar umas das mais tensas reuniões do Conselho Universitário. Estavam em pauta a revisão orçamentária do primeiro trimestre de 2001, o PEI (Planejamento Estratégico Institucional) e a criação de um programa de cestas básicas para funcionários.

Desde a forma de elaboração e instrução da pauta, tudo apontava para o impasse.

Em primeiro lugar porque, sendo todos esses assuntos de ordem orçamentária, todos deveriam ser informados por parecer da COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio). Ora, em 03 de abril, reconhecendo a importância dessa Comissão, o CONSU a ampliou de 3 para 9 membros, segundo uma proposta

amplamente negociada entre Diretores de unidades e representantes docentes. Não obstante essa decisão soberana do CONSU, a Reitoria convocou para reunião no dia 16 de abril a COP com a composição antiga, de apenas 3 membros.

Em segundo lugar, porque, havendo já uma reunião ordinária marcada para o final de maio, a Reitoria decidiu convocar uma reunião extraordinária com pauta complexa para o início do mesmo mês e o fez de forma, no mínimo, pouco elegante: enviando uma convocação no final da tarde do dia 2 (exatamente às 16 horas), na qual se marcava a reunião para o mesmo horário do dia seguinte. Tinham os membros do CONSU, assim, por conta desse atropelo da Reitoria, 24 horas exatas para estudar as questões orçamentárias sobre as quais teriam de deliberar.

Em terceiro lugar, porque o encaminhamento

passado o CONSU já havia aprovado a destinação de 18 milhões para este Programa, QUE AINDA NÃO FORAM GASTOS. Entretanto, sem justificativa, nem exposição de motivos, nem planilhas ou cronogramas de despesas, a Reitoria propunha ao CONSU que este comprometesse, numa votação apressada, os excedentes de recursos não só do orçamento de 2001, mas ainda do ano próximo, 2002!

É importante lembrar, neste momento, que houve no ano passado, antes de se deflagrar a greve provocada pela intransigência do CRUESP, um momento muito similar a este. De fato, pouco antes da greve, numa reunião do CONSU um grupo de docentes apresentou proposta de retirada de pauta do assunto, pois se os recursos fossem alocados da forma como a Reitoria pretendia, ficava mais difícil negociar o reajuste salarial que se fazia necessário. Infelizmente, a maior parte do CONSU aprovou, naquela ocasião, a proposta orçamentária e, depois, todos vimos o que aconteceu: o Reitor da UNICAMP sempre argumentou que, com o orçamento aprovado pelo CONSU, não era possível qualquer reajuste significativo. Felizmente, a arrecadação cresceu inegavelmente, a greve se manteve firme e conseguimos boa parte do que reivindicávamos.

Postos os fatos em paralelo e perspectiva, a ação atual da Reitoria parece poder ser explicada como uma tentativa de determinar o uso dos recursos ANTES de a campanha salarial ganhar força, no mês da nossa data-base. Isto é: como hoje a situação orçamentária é muito confortável e há um bom superávit, a Reitoria busca comprometer os recursos de modo a reproduzir a situação de 2000 e poder argumentar que, por decisão do CONSU, não há recursos para reajuste salarial.

O CONSU, tratado dessa forma e sentindo-se objeto de manipulação, reagiu. Membros da representação docente, funcional e discente protestaram duramente, durante cerca de duas horas, contra a forma de convocação da reunião, contra

## Signatários

ADILSON ROBERTO CARDOSO - FCM  
ÁUREO TATSUMY YAMADA - IB  
CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS - IC  
DANIEL JOSEPH HOGAN - IFCH  
ELIEZER RIZZO DE OLIVEIRA - IFCH  
EUCLIDES DE MESQUITA NETO - FEM  
FERNANDO FERREIRA COSTA - FCM  
GEORGE GERSHON KLEIMAN - IF  
INES JOEKES - IQ  
JOAQUIM MURRAY BUSTORFF SILVA - FCM  
JOSÉ NEWTON CABRAL CARPINTÉRO - IE  
KIKYO YAMAMOTO - IB  
LEANDRO RUSOVSKI TESSLER - IF  
LILIAN TEREZA LAVRAS COSTALLAT - FCM  
MILTON MORI - FEQ  
OSCAR FERREIRA DE LIMA - IF  
PAULO EDUARDO MOREIRA R. DA SILVA - HC  
PAULO JOSÉ S. MORAN - IQ  
PAULO ELIAS ALLANE FRANCHETTI - IEL  
REGINA APARECIDA POLO MÜLLER - IA  
ROSA INÉS COSTA PEREIRA - FCM  
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS - IQ

a falta de informações essenciais para que se deliberasse de forma responsável sobre assuntos de grande impacto para a vida universitária e contra a forma da mesa instruir e encaminhar a discussão, pois parecia claro a muitos conselheiros que não era possível discutir separadamente a revisão orçamentária e os novos recursos para o PEI. Por fim, vários conselheiros solicitaram que fosse retirada de pauta o item "revisão orçamentária", para permitir a melhor informação dos representantes sobre os temas, e que o mesmo fosse analisado pelo CONSU na reunião já marcada para o dia 29 de maio. A votação da retirada de pauta empatou em 27 a 27. O reitor, usando a prerrogativa do desempate, decidiu manter o assunto em

pauta, embora nenhuma urgência justificasse a pressa na aprovação ou impedisse que o assunto fosse devidamente informado e discutido, de modo a ser votado ainda no corrente mês de maio.

Ante a inflexibilidade da mesa, que conduzia os trabalhos com a sua usual forma autoritária e agressiva, a maior parte da representação docente, a totalidade da representação estudantil e quase toda a representação dos funcionários se retiraram da reunião. Com isso, simultaneamente ficou patente que boa parte dos conselheiros não concorda com o papel meramente homologatório que a atual Reitoria quer atribuir ao CONSU e que, desta vez, não será possível utilizar uma decisão orçamentária do CONSU como argumento para prejudicar a comunidade que ele representa.

Encerrada por falta de *quorum*, a reunião deverá ser reconvocada em breve. A comunidade deve estar alerta. Esta carta, subscrita por docentes que são membros titulares e suplentes do Conselho Universitário da UNICAMP, visa justamente mostrar onde estão os radicalismos nesta Administração e com que objetivos se distribuem e se alocam as verbas em momentos críticos de campanha salarial ou política.

## Documento 2

### Prezados colegas:

Circula pela Unicamp manifestação de Conselheiros sobre o episódio da última Reunião Extraordinária do Conselho Universitário da Unicamp, realizada em 03 de maio pp.

Como conselheira, considero importante expressar ao conjunto dos colegas docentes minha visão do episódio.

Efetivamente a reunião do CONSU foi convocada em tempo exíguo que permitisse uma intervenção mais organizada sobre dois dos pontos de pauta: a revisão orçamentária do primeiro trimestre de 2001 e a aprovação do Planejamento Estratégico Institucional para 2001, que continha recursos já aprovados na Reunião de dezembro de 2000, mais parte dos recursos da revisão orçamentária. O fato de a Comissão de Orçamento e Patrimônio - que dá parecer sobre o orçamento ter se reunido com a composição ainda não alterada conforme decisão do CONSU de março - fez com que vários conselheiros tomassem esta questão como central. Eu mesma destaquei que este era um ponto importante que constava do Programa de Gestão Hermano-Galembecke, portanto, deveria merecer cuidado especial para que não se inviabilizasse uma idéia bastante inovadora.

A questão da gestão democrática dos recursos públicos e do financiamento é uma reivindicação histórica do movimento docente. Quem olhar para os documentos históricos das entidades e em particular da ADUNICAMP - vai encontrar nos Boletins, Periódicos, debates realizados em vários momentos da vida da entidade e da Universidade - nossas exigências em relação a esse ponto. Eu mesma manifestei isso ao CONSU, destacando que a necessidade de modificação da composição da COP e suas atribuições eram uma reivindicação do movimento docente durante a greve de 2000 - e não simplesmente *resultado de um amplo acordo entre diretores e representação docente* como diz o documento em questão.

O que se anunciava, portanto, para a reunião do CONSU, ao menos de meu ponto de vista, era uma reunião não exatamente "tensa", como afirmam os colegas, mas longa em sua duração, como já acontecera em vários outros momentos. A *tensão* da reunião foi criada, produzida, por vários conselheiros que nela ingressaram com a clara intenção de se retirarem, com o objetivo de não dar quorum para a própria discussão dos dois pontos. Esta articulação ficou patente através da ação - legítima, do ponto de vista das regras políticas - que se

desenvolveu durante todo o CONSU. Nas várias intervenções contrárias à aprovação dos pontos de pauta notava-se a tentativa de colocar sob suspeita a COP, ainda com sua composição anterior, a Reitoria e o próprio CONSU. Para aqueles colegas que se defrontam com a discussão do orçamento pela primeira vez, considero importante deixar claras algumas questões.

Em primeiro lugar, importante dizer que esta é a primeira vez na história da Unicamp que a aplicação de recursos e a revisão orçamentária é debatida de forma ampla e democrática nas unidades e no próprio Conselho Universitário. As peças orçamentárias sempre foram documentos fechados que chegavam para exame do órgão máximo da Universidade sem maiores detalhamentos principalmente quanto à captação, arrecadação, destinação e distribuição de recursos. Ainda que esta discussão pudesse ser feita de forma mais aberta na Comissão de Orçamento e Patrimônio, dificilmente a aprovação do Orçamento em dezembro de cada ano era feita após amplo debate nas unidades e no próprio Conselho. O atual procedimento de revisão orçamentária - realizada a cada 03 meses e aprovada pelo CONSU - é um procedimento inovador implementado desde 1999, que permite transparência e propicia que os Conselheiros opinem sobre a destinação do excedente de recursos.

Em relação ao PEI, até onde me lembro, em várias reuniões da CAD e do CONSU realizadas de setembro até o momento, os colegas da Comissão Especial que o elaborou, socializavam suas preocupações no expediente, informando o CONSU sobre o processo de elaboração que contou, nas várias unidades, com debates intensos em grupos de trabalho e nas Congregações, sem prejuízo da ampliação necessária do debate com a participação de um número cada vez maior de todos os segmentos da universidade. A idéia inovadora de realizar um Planejamento Estratégico Institucional no contexto de um Planejamento Plurianual tem o mérito de retirar da questão orçamentária o caráter conjuntural que permite atender interesses particulares das administrações, para colocá-la sob decisão da comunidade e do órgão máximo da Universidade. Do meu ponto de vista esta é uma iniciativa que responde também aos anseios históricos da comunidade universitária da UNICAMP e por isso deve ser aprimorada para que não seja descartada de partida.

Por isso, quando fomos chamados para discutir o PEI, após havermos os conselheiros recebido uma carta do Coordenador da Universidade, Professor Galembeck, na qual era disponibilizado o endereço e senha para acesso aos documentos do PEI na Home-Page, entendemos que o CONSU extraordinário teria a tarefa de examinar não apenas a execução orçamentária como analisar, discutir, propor, e por último, decidir pela aprovação ou não do PEI e até solicitar sua retirada de pauta para melhor exame, como já fizemos em tantas outras oportunidades com outros assuntos. Não procede, portanto, a afirmação de que *“o que a Reitoria exigia dos conselheiros era que assinassem um cheque em branco, de valor bastante alto, a ser investido numa lista de projetos que, como ficou patente nas respostas aos questionamentos ocorridos na reunião de 3/5, continuava se recusando a submeter ao exame do órgão máximo deliberativo desta Universidade”*. (Documento, pág 1, grifo meu).

Na realidade, foram aqueles Conselheiros que, tendo perdido a votação do 1º. item da pauta - a Revisão Orçamentária -, e se retirado do Plenário em bloco, vetaram ao CONSU esse exame, impedindo que nós, demais Conselheiros, pudéssemos esclarecer pontos do PEI e contribuir com o seu aprimoramento em benefício da própria Universidade e de seu desenvolvimento acadêmico. O que causou estranheza

na atitude dos Conselheiros é que, ao defenderem interesses individuais e de grupo, anteciparam uma decisão e impuseram aos Conselheiros restantes a sua opinião, firmada antes mesmo de entrarem em Plenário. O impedimento à discussão, portanto, não partiu da mesa, mas de um grupo que não permitiu que entrássemos no 2º. ponto de pauta, o Planejamento Estratégico Institucional. Embora possamos reconhecer que o esvaziamento de plenário ou a provocação da falta de quorum seja um procedimento legítimo na prática política e institucional para impedir que um assunto seja aprovado, ele esteve carregado de intenções políticas que visaram sobretudo impor uma derrota à idéia inovadora no tratamento da gestão dos recursos orçamentários.

Penso também que a responsabilidade de veiculação de uma informação correta faz parte do ethos acadêmico. Pergunto, então, porque o documento refere-se ao fato de que *“na reunião de dezembro passado o CONSU já havia aprovado a destinação de 18 milhões para este Programa, QUE AINDA NÃO FORAM GASTOS. Entretanto, sem justificativa, nem exposição de motivos, nem planilhas ou cronogramas de despesas, a Reitoria propunha ao CONSU que este comprometesse, numa votação apressada, os excedentes de recursos não só do orçamento de 2001, mas ainda do ano próximo, 2002!”* (Documento, pág2, maiúsculas no original), quando os colegas sabiam que a reunião extraordinária do CONSU do dia 03 de maio foi convocada exatamente para **aprovar PEI e portanto, o gasto dos 18 milhões e sua execução?**

Por outro lado, os argumentos levantados pelos colegas em relação ao orçamento e campanha salarial me parecem muito tênues e dificilmente se mantém diante de uma análise mais rigorosa. Senão vejamos:

1) *O fato do CONSU de março de 2000, se não me falha a memória, ter aprovado a revisão orçamentária do 1º trimestre de 2000, não impediu que nós, após um movimento organizado e forte, conseguíssemos o 25% de reajuste concedido até janeiro de 2001. Se o próprio índice de 25% contradiz este argumento e mais grave, se os próprios signatários do documento reconhecem este fato, também explicado pela Aeplan durante a reunião do CONSU, qual foi, então o motivo que levou os conselheiros a se retirarem da reunião do dia 03 com este argumento agora avocado e que por si é insustentável?*

2) *Há um consenso entre as entidades que compõem o Fórum das Seis de que o espaço para a discussão sobre índice de reajuste salarial é o CRUESP. Por essa razão foi impedida, em maio de 2000 (se não me falha a memória) a realização da reunião ordinária do CONSU, pois parte dos seus membros receava que ali se poderia tomar alguma decisão que contrariasse os rumos da negociação pelas entidades sindicais. Por que, então, avocar para o Conselho Universitário, hoje, essa discussão?*

3) *Há uma decisão do CRUESP, firmada em 2000 durante o processo de negociação e de acompanhamento da arrecadação, de que uma fração do excedente de recursos da arrecadação do ICMS, seria destinada a investimentos no desenvolvimento das atividades universitárias. Este fato, de amplo conhecimento e domínio por parte dos conselheiros foi ignorado pelos diferentes conselheiros signatários do documento na reunião do dia 03 de maio.*

4) *No orçamento de 2001, aprovado em dezembro de 2000, foram destinados recursos para reajuste salarial e nova carreira dos servidores não docentes. A revisão orçamentária do primeiro trimestre de 2001, aprovada nessa reunião do CONSU de 03/05 destinou aproximadamente 8,5 milhões de reais para a reserva de contingência, totalizando cerca de 10 milhões de reais nesse fundo, podendo ser destinados para reajuste salarial e carreira dos servidores não docentes. Como explicar, então, essa intransigência dos colegas conselheiros em relação a essas explicações dadas pela AEPLAN e votadas pelo CONSU?*

Feitas estas considerações, resta-nos perguntar: que interesses se revelam e se ocultam com esta forma de atuação? Que interesses estão em jogo na atual conjuntura quando se pretende alterar o procedimento de distribuição de recursos? Porque há interesse em barrar esta iniciativa?

### Signatários

HELENA COSTA LOPES DE FREITAS - FE  
HÉLIO WALDMAN - FECC  
ANTONIO CARLOS G. MARTINS - IMECC  
MARIA CRISTINA DE C. CUNHA - IMECC